

## **Procuradoria Jurídica**

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 191 DE, 08 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**Institui o Programa de Incentivo à Regularização da Transferência da Propriedade em casos de integralização de capital social com bem imóvel, visando o incremento da receita municipal e dá outras providências.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Bonito, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo à Regularização da Transferência de Propriedade em casos de integralização de capital social subscrito à pessoa jurídica por meio de bem imóvel, mediante aplicação de desconto de 30% (trinta por cento) do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos – ITBI, incidente sobre a diferença entre o valor atribuído ao bem no contrato social da empresa e o valor de mercado do imóvel apurado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 1º A adesão ao Programa é facultativa e dar-se-á mediante requerimento do sujeito passivo ou de seu representante legal.

§ 2º O prazo de adesão ao Programa inicia-se em 1º de novembro de 2025 e encerra-se em 31 de dezembro de 2026.

§ 3º A opção deverá ser formalizada por meio de procedimento administrativo.

§ 4º A Secretaria Municipal de Fazenda disponibilizará formulário próprio de Declaração de Transação Imobiliária Inter Vivos, a ser preenchido e assinado pelo contribuinte.

§ 5º Caso o contribuinte seja representado por procurador, será exigido instrumento de mandato particular com poderes específicos para adesão ao Programa.

§ 6º A adesão será efetivada com o pagamento do ITBI nos termos desta Lei Complementar.

§ 7º O desconto a que se refere o caput deste artigo será aplicável, exclusivamente, ao crédito tributário decorrente de fato gerador ocorrido entre a data da publicação desta Lei e 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º A base de cálculo para a aplicação da alíquota diferenciada será exclusivamente o valor de mercado do imóvel apurado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único. Havendo discordância quanto ao valor apurado, o contribuinte poderá desistir da adesão ao Programa, sem quaisquer ônus.

Art. 3º A adesão ao Programa implica:

I - aceitação plena e irrevogável de todas as condições previstas nesta Lei Complementar, com confissão extrajudicial irrevogável e irretroatável da dívida;

II - desistência expressa e irrevogável de ações judiciais e de defesas ou recursos administrativos relativos

ao ITBI incidente sobre a operação, com renúncia ao direito nelas fundado;

III - observância das regras complementares que venham a ser disciplinadas por instrução normativa da Administração Tributária do Município.

Art. 4º O descumprimento de qualquer exigência desta Lei Complementar implicará imediata exclusão do Programa.

Parágrafo único. O não pagamento do ITBI até a data do vencimento acarretará a perda da alíquota diferenciada e a exclusão do contribuinte do Programa.

Art. 5º A concessão do incentivo fiscal de que trata esta Lei Complementar não autoriza restituição ou compensação de valores já pagos a título de ITBI.

Art. 6º As intimações e notificações necessárias ao trâmite do procedimento serão realizadas no âmbito do próprio processo administrativo, sendo responsabilidade do contribuinte acompanhar seu andamento.

Parágrafo único. O não atendimento a intimações ou notificações no prazo fixado implicará exclusão do Programa e perda dos benefícios concedidos.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**JOSMAIL RODRIGUES**

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Giulia Menezes da Silva